

# A DIVERSIDADE CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA<sup>1</sup>

Rosilma Magalhaes de Moura<sup>2</sup>  
Janaina Ribeiro Araújo<sup>3</sup>

## RESUMO

O tema diversidade cultural no ensino de história e das culturas afro-brasileira e africana da qual modificou o ensino dessa temática em sala de aula aparece após a promulgação da Lei Federal N°: 11.645 em 10 de Março de 2008 que alterou a base curricular da disciplina de História, inserindo História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, amenizando o modelo eurocêntrico na construção multicultural na escola, que tem como objetivo levar ao conhecimento dos educadores essa resolução e suas aplicações em sala de aula. No qual tange os conteúdos, e observa-se os fatos históricos que demarcam a introdução do contexto em defesa da diversidade, tais como: As Leis abolicionistas, do ventre livre, sexagenário e Áurea, e sua inserção no livro didático. Mostrar a importância da cultura negra na miscigenação na História do Brasil, sensibilizando a comunidade escolar em relação ao preconceito existente com o negro em sala de aula, compreendendo o grande legado dessa cultura sendo uma ferramenta pedagógica, no qual o negro tem uma grande contribuição na história.

**Palavras-chave:** Diversidade cultural, Legislação específica e Ensino de História.

## 1 INTRODUÇÃO

A palavra diversidade em seu contexto cultural, vem ganhando espaço na sociedade rompendo paradigmas e algumas rupturas em relação ao ensino de história, a mesma está vinculada com diversos conceitos e fatores de um povo bem como os costumes, culinária, dança, religião e um modelo de organização familiar com os negros e afrodescendentes, não seria diferente. A inclusão da temática “História e cultura Afro-brasileira e Indígena”, ocorre com a Lei 11.645 tornando obrigatório, no currículo escolar básico a inserção do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional objetivando resgatar a contribuição dos negros nas áreas social, econômica e política na história.

Pode-se entender e ressaltar a importância do tema, almejando reacender esse ensino de forma propícia e coesa, para inserir-ló em sala de aula, pois antes da Lei N° 11.645, os livros didáticos traziam a figura do negro enfatizando suas forças, mas desvalorizando sua real contribuição no decorrer do tempo, pois os mesmos certamente são vistos de forma preconceituosa, inferioridades. Dava - crédito positivo a colonização Europeia que se aproveitou da ingenuidade, pois eles não compreenderiam algumas coisas que estavam acontecendo naquele momento, chegando a negar-se ao negro a participação na construção da cultura brasileira. Para que esse ensino fosse inserido em sala de aula de forma clara, seria

---

<sup>1</sup> Artigo resultante de pesquisa, em Subprojeto do PIBID do Curso de Licenciatura em História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CESA, apresentado no Simpósio Temático Ensino de História e PIBID: Relatos de experiência e construção do conhecimento e ensino de história no XVII Encontro Estadual de História, evento da Associação Nacional de História - ANPUH – PB/ I encontro estadual do PIBID em história, nos dias 18 a 22 de julho de 2016, no município de Guarabira, Paraíba.

<sup>2</sup> Aluna Licenciada em História do CESA. Ex. Bolsista do PIBID do Subprojeto de História do CESA.

<sup>3</sup> Especialista em História, Psicopedagogia e Direito Processual do Trabalho e Previdenciário – UPE e ESA. Mestranda em Ciência da Educação pela UNASUR – Paraguai e Doutoranda em Direito Laboral pela Universidade de Buenos Aires – UBA – Argentina – AR.

*e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB*

necessário o governo sancionar uma lei? Ou isso levanta a questão do preconceito racial, em relação ao negro afro-brasileiro, embora tenha sido dele a mão de obra predominante na produção da riqueza nacional.

O ensino nas escolas está muito escasso, pouco se fala, ou se discute, a participação dos negros na história, ver que apenas em 2008, fora vigente no país tal mudança. Percebe-se que alguns professores não estariam bem preparados, quando a lei começou a produzir efeitos, teve um alto índice na procura de uma metodologia de ensino, capaz de abordar a África de forma clara pois estava inserido nas Diretrizes Curriculares.

*In verbis*: Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte:

“[Art. 26-A](#). Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR).

Sabe-se que o Brasil é uma mistura de povos como europeus, africanos e indígenas, as escolas tornam-se o ambiente propício, para as manifestações, das diversidades culturais e variações socioculturais, é necessário que os alunos possam compreender o grande legado, dessa cultura, para haver uma melhor sintonia em seus descendentes e romper alguns tipos de preconceitos existentes na sociedade, sendo o negro em grande minorias nas instituições educacionais, tendo um alto índice de evasão e desistência, a escola sendo um lugar que deveria mostrar as verdadeiras facetas em relação a esses povos, fazia justamente o inverso omitia informações importantes que poderia dar novos entendimentos os alunos, ou seja, a sociedade, a imagem do negro estar bastante distorcida, as mídias geralmente não ofertam espaço merecido, e as escolas precisam avançar, e se aperfeiçoar sensibilizando –se nesse contexto.

Reacendera importância da cultura negra na miscigenação na história do Brasil, desmitificando aquela imagem de seres inferiores, medíocres e sem instrução rompendo o preconceito racial, e compreendendo a grande participação dos povos africanos para a construção da nossa identidade, mostrando os fatos que levaram a escravidão tornar-se um marco histórico com duração de muitos séculos no Brasil. Essa escravidão se deu pelo fato da necessidade de uma mão de obra barata, forte e que fosse de fácil domesticação, revelando o negro como uma espécie de “coisa”, predestinado a trabalhar referindo diretamente o princípio da dignidade da pessoa, fazendo-os esforçar-se de sol a sol, sem descanso. A alimentação era precária e demorou bastante para o seu reconhecimento pedagógico enquanto ser social.

Corroborando nesse entendimento, do historiador Reis (1993, p.189), afirma que: “Enquanto o negro brasileiro não tiver acesso ao conhecimento da história de si próprio, a escravidão cultural se manterá no país”.

O primeiro passo já foi dando, mas cabe ressaltar a necessidade de melhorias, em relação ao ensino, e algumas possíveis alterações nos livros didáticos, que pouco destacou, os costumes, religiões, dança e culinária, dificuldades essas que certamente obstaculizaram a compreensão dos alunos frente à valorização dessa cultura.

O presente artigo visa compreender a importância da cultura negra na miscigenação do Brasil, e sensibilizar a comunidade escolar acerca do preconceito existente com o negro em

sala de aula. Reconhecendo a importância da cultura africana bem com obrigatoriedade do ensino no currículo escolar e na disciplina de história. Buscando-se compreender o grande legado dos afro-brasileiros e africanos, na história do Brasil e de Pernambuco.

A pesquisa foi apoiada em textos e no livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire, e em textos no qual esses estudos levaram a refletir sobre a relação do processo histórico sendo bastante lento para o reconhecimento da cultura africana na formação do Brasil, que tornou obrigatório em sala de aula com a lei Federal de especificação 11.645/08, veio para trazer novos reconhecimento e valorização para o negro mostrado a sua contribuição para o Brasil, e buscando compreender as leis abolicionistas que surgiram no decorrer do processo da escravidão junto com a utilização dos livros didáticos em sala de aula. Nos textos que nos serviram de base podemos observar a existência desse ensino, a temática inserida pela a base curricular traz novas visões sobre essa cultura africana, rompendo os paradigmas em relação à sociedade.

## 2 O ENSINO DE HISTÓRIA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, apontam temas transversais, buscando reacender alguns elementos importantes na sociedade e romper as atitudes discriminatórias em relação às etnias, vez que o Brasil é um país de miscigenação, em que pouco se estudava sobre essa cultura, para efeito de nossa análise, destacamos a temática da Pluralidade Cultural que:

Diz respeito ao conhecimento e a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no Território nacional, as desigualdades socioeconômicas e a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (BRASIL, 1997, p. 19).

O Brasil sendo um País formado por inúmeras raças estes grupos materializam-se compor vários conceitos étnicos referentes no campo da história compondo uma teia multicultural.

No contexto brasileiro, a desigualdade não é um atributo apenas social, mas se relaciona também a questão racial influenciada pelo processo de escravidão vivenciada pela população negra no Brasil durante séculos, havendo dificuldades da inserção do negro no mercado de trabalho, política e sociedade, essa temática ligada ao preconceito e um desafio antigo que cada vez mais vem ganhando visibilidade, no entanto só a partir dos anos 90 os debate se ampliaram, vindo à baila a questão de como a desigualdade racial um problema visível, a ser refletido nos níveis Fundamental e Médio.

A lei Nº 11.645/08 foi um marco para a história das leis educacionais, trazendo vários efeitos para a escola, um dos principais é dar oportunidade de ser o palco da construção de identidades individuais e sociais contemplados pelas diferenças de uma sociedade multicultural, cujo objetivo é de promover ideias e discussões sobre essas mudanças que poderia causar ressonância, transformando, assim, a realidade de uma comunidade que carrega os ranços do preconceito ainda existente.

O ensino de história era mais voltado a centralização europeia, deixando de lado alguns fatores primordiais, sobre outras culturas até então não inseridas nos currículo escolar, assim desde 2003, os professores de rede básica de ensino tem um grande desafio pela frente, os livros didáticos pouco traziam conteúdos sobre a cultura africana, com a implementação dessa temática, pode-se perceber uma mudança nesse ensino, que vem trazendo algumas alterações sobre a cultura negra.

Doravante o processo de ensino- aprendizagem, observa-se na história do Brasil, o período colonial, com a expansão da cana-de-açúcar, no qual os senhores de engenhos e latifundiários acumularam grandes riquezas através da mão- de -obra escravizada.

A maioria dos negros viviam em extrema precariedade de condições tendo dificuldades de manter sua cultura e os seus costumes. Os indígenas também foram alvo de discriminação, mas como a cultura canavieira só crescia, os africanos foram trazidos ao Brasil para poder haver uma substituição dos indígenas. O tráfico de negros só aumentava, e essa atividade de exploração era bastante lucrativa, os africanos eram trazidos do seu País contra a sua vontade, para um lugar desconhecido enfrentando dificuldades em de se adaptar-se, pois os trabalhos impostos a eles eram pesados e desumanos, insalubres e degradantes, além de serem tratados com violências e crueldade, vale lembrar que a importação de mulheres era menor cerca de 3 a 6% que a dos homens, isso reacende o fato da preferências pelo sexo masculino, por serem forte, resistentes ao trabalho pesado.

Segundo escreveu, Cavalleiro (2006):

Vivendo numa realidade brutal, o povo negro ainda tinha que criar estratégias para proteger suas culturas, seus valores, suas histórias e reverenciar os seus ancestrais, reconstruindo na diversidade, com muita resistência, a sua integridade como ser humano.

Manter os costumes e tradições não fora tarefa fácil, enfrentaram muitos obstáculos, mas permaneciam vivas suas tradições que vinha de seus ancestrais. Os negros tiveram que conquistar um papel de participação na sociedade nacional, tendo que compreender a nossa linguagem, ou seja, o nosso português.

Os escravos eram vistos como mercadorias transportados pelos navios, todos amontoados nos porões das caravelas pela grande quantidade de pessoas, a viagem era bastante longa e muitos deles chegavam mortos, doentes ou desnutridos eram expostos nas feiras livres para que pudessem ser comprados. (Carlos Kleber Sobral Corlett, Ana Fabia Bento dos Santos, Inácia Érica de Farias Sobral Corlett, Et all, 2010.)

Ao serem avaliados pelos senhores que olhavam seus dentes, tornozelos, órgãos sexuais e estrutura muscular. Vale lembrar que muitos deles tinham seus testículos esmagados, para que não tivessem relações sexuais nem se masturbassem, aumentando assim sua força de trabalho e vigor para suportar as dezesseis, dezessete horas de trabalho forçado.

Os homens eram escolhidos para o trabalho braçal, enquanto que as mulheres, para laborar nas casas dos senhores de engenhos, como serviçais, damas de companhia e damas de leite. Com isso ocorreu a junção dos senhores e das escravas, dando início ao processo da miscigenação no Brasil através de relações sexuais violentas nos quais os filhos dessas relações nasciam de pele quase branca, mesmo assim eram considerados escravos.

Segundo os ensinamentos de Valente (1987, p.16):

Foi assim a partir desses estupros que se iniciou o processo de miscigenação do Brasil. Os primeiros cruzamentos resultaram os mulatos. Depois disso, os senhores passaram a preferir as mulatas como parceiras sexuais (...).

A miscigenação entende-se a mistura de várias raças que deu origem ao longo do tempo a novas populações. O país apresenta uma variedade de raças e etnias, podemos dizer que a etnia brasileira é natural de três grandes grupos: africanos, europeu e indígena. A população é bastante miscigenada devido a mistura de outras culturas os indígenas que habitava no Brasil antes do descobrimento, os africanos através da migração que foram trazidos a força, e os primeiros europeus a chegar no Brasil foram os portugueses.

Nas palavras de Gilberto Freire (2004, p. 397):

As características físicas dos negros importados para o Brasil, é interessante segui-lo através da linguagem pitoresca do povo, nos anúncios de compra e venda de escravos para o serviço domésticos ou agrícolas. Nesse sentido a coleção do Diário de Pernambuco- o diário mais antigo da América chamada Latina, fundado em 1825- apresenta-se com particular interesse para o estudante de antropologia. Vê-se através dos velhos anúncios de 1825, 1830, 35, 40, 50, a definida preferências pelos negros e negras altas e de formas atraentes – “bonitas de cara e de corpo” e “com todos os dentes da frente”. O que mostra ter havido seleção eugênica e estética de pagens, mucamas e molecas para o serviço doméstico – as negras mais em contato com os brancos das casas-grandes; as mães de mulatinhos criados em casa – muitos deles futuros doutores, bacharéis e até padre.

Nesse sentido vale ressaltar a escolha por negras de boa aparência e formas atraentes, para os serviços na casa grande, desse modo ocorreu o processo da miscigenação, as mães dos mulatinhos filhos dos senhores de engenho, já observa-se a escolha por escravo forte que conseguissem aguentar o trabalho pesado.

A partir do século XIX o Brasil começou a ser pressionado pela Inglaterra para abolir a escravidão, começaram a surgir leis que eram a favor da libertação dos escravos a Lei Eusébio de Queiroz, no qual proibia a entrada de escravo, Assim, de acordo com Valente (1987, p.21), “O sistema escravista estava chegando ao fim, pois, a proibição do tráfico, a escravidão estava condenada. A abolição era só uma questão de tempo”. Com essa proibição de entrada de navios negreiros, intitulada por Eusébio era uma forma de começar a proibir, fiscalizar a entrada de escravo para o Brasil, mesmo com essa promulgação a reprodução do ventre ainda continuava livre, só em 1871 surgiu a Lei do Ventre Livre, lei do Sexagenário e a lei Áurea, mas algumas dessas leis só ficaram no papel, ou seja, surtiu pouco resultado, pois os senhores não queriam acabar com o sistema escravizador sendo fundamentalno desenvolvimento da economia, daquela época.

Conforme destacou Costa, (1998, p.12:)

As leis emancipadoras aprovadas pelo Parlamento tiveram um resultado psicológico importante, pois condenaram a escravidão a desaparecer gradualmente. Isto forçou os proprietários de escravos a pensarem em soluções alternativas para o problema da mão-de-obra. Mas foi apenas quando os escravos decidiram abandonar as fazendas em números cada vez maiores, desorganizando o trabalho, que os fazendeiros se viram obrigados a aceitar, como inevitável, a Abolição.

Diversos abolicionistas defendia o fim da escravidão como Joaquin Nabuco, José Do Patrocínio, para eles o negro traria o enriquecimento da nossa cultura, porém não era valorizado a sua contribuição para a História, diversos negros tiveram participação ativa na nossa história, como as negras forras durante o ciclo do ouro, zumbi dos palmares, dentre outros. Para os proprietários de terras era bastante lucrativo manter os escravos trabalhando nas suas terras, sem receber nenhum pagamento pelo seus serviços, essas leis, veio para acabar com esse escravismo, pois mesmo que tenha demorado muito tempo para isso acontecesse, sendo que cada vez mais a escravidão foi desaparecendo, e aos poucos conseguiramaboli-la.

A Lei do Rio Branco ou do ventre Livre, lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, foi promulgada sobre o gabinete de Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos membros do partido conservador. Essa lei Considerava livre todos os filhos de escravos, desde os nascidos a partir de sua promulgação.

Lei nº 2040 DE 28.09.1871- Lei do Ventre Livre:

A princesa Imperial regente, em nome de S.M Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a seguinte lei:

Art. 1º os filhos de mulher escrava que nascerem no império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

A lei do ventre livre surtiu pouco efeito mesmo sendo promulgada em 1871 os filhos dos escravos ainda continuaria com sua mãe, até os oito anos de vida, era uma falsa liberdade, para que fosse realmente libertadora teria que ser para a mãe e o filho. Como uma mãe, deixaria levar o seu filho logo após o nascimento. No decorrer do processo surgiram outras leis como a Lei Saraiva- Cotegipe ou Lei do Sexagenário, Lei Nº3.270 foi promulgada em 28 de Setembro de 1885, esse nome foi em homenagem a dois chefes do gabinete ministerial do império, o liberal Conselheiro Saraiva e o conservador Barão de Cotegipe no qual deram apoio as medidas, que garantia a liberdade dos escravos com mais de 60 anos de idade, no contexto da escravidão dificilmente algum escravo chegaria a 60 anos, sendo assimos senhores não tinham nenhuma obrigação com relação a eles chegando a ser abandonados à própria sorte durante a sua velhice, tornando –se algo bom para os senhores.

A escravidão veio acabar quando a princesa Regente Isabel, em nome do seu pai D. Pedro II, que se encontrava fora do Brasil por tratamentos de saúde, a mesma aboliu de vez a escravidão com a Lei Nº 3. 353 13 de Maio de 1888, a partir desta data todos os escravos ficaria libertos.

A lei na época impetrou:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Sendo o Brasil o ultimo País a abolir a escravidão, era uma lei simples que determinava o fim da escravidão por completa,sem nenhum tipo de indenização, o negro ficava excluído como trabalhador livre as oportunidades eram poucas, em relação as atividades que eles era capaz de fazer, alguns já estava doentes e velhos, para conseguirem um trabalho e se manter, essa abolição não garantia nenhum direito perante a sociedade.

Conforme aspalavras de José Murilo De Carvalho (1997, p.06): "A sociedade estava marcada por valores de hierarquia, de desigualdade; marcada pela ausência dos valores de liberdade e de participação; marcada pela ausência da cidadania", e o autor ainda ressalta que não eram apenas grandes fazendeiros que possuíam escravos.

O autor ainda ressalta que:

Era uma sociedade em que a escravidão como prática, senão como valor, era amplamente aceita. Possuíam escravos não só os barões do açúcar e do café. Possuíam-nos também os pequenos fazendeiros de Minas Gerais, os pequenos comerciantes e burocratas das cidades, os padres seculares e as ordens religiosas. Mais ainda: possuíam-nos os libertos. Negros e mulatos que escapavam da escravidão compravam seu próprio escravo se para tal dispusessem de recursos. A penetração do escravismo ia ainda mais a fundo: há casos registrados de escravos que possuíam escravos. O escravismo penetrava na própria cabeça escrava. Se, é certo que ninguém no Brasil queria ser escravo, é também certo que muitos aceitavam a ideia de possuir escravo.

Sendo um período de desigualdades e de muitos sofrimentos por partes dos escravos, vários fazendeiros e comerciantes possuíam escravo em pequena quantidade, já os grandes fazendeiros tinha muito para a suas colheitas, plantações, os serviços agrícola, o fato de ter escravo era bastante lucrativo, no decorrer da história as coisas foram mudando, alguns negros forras que não aparece no livro didáticos, sendo que essa ferramenta pedagógicas só trazem alguns nome importantes, como Machado de Assis, Chica da Silva e Zumbi dos Palmares, excluído diversos lutadores por sua liberdade, como mostra o livro: Mulheres Negras do Brasil, de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, lançado em 2007, que mostra as facetas de

algumas escravas forras, em algumas páginas pode-se observar que faz menção a um fato muito importante naquela época, era um período de compra e venda no comércio daquele período, os seus donos mandava as escravas vender doces e refeições para os garimpeiros, quando ultrapassava a venda os senhores esperava as escravas faziam uma caixinha para si própria, no decorrer do tempo conseguiram comprar a alforria tornando –se “forras”, em outras situações elas ganhavam a liberdade por herança, quando os senhores morriam ou voltava para Portugal.

Em 1731, a ex- escrava Lauriana ganhou do testamento do seu antigo dono o sítio onde morava. Algumas escravas libertas conseguiram mão de obra barata de outros escravos e fizeram grandes fortunas, na década de 1760, a baiana Bárbara de Oliveira tinha vários imóveis, joias, roupas de seda, e 22 escravos, uma fortuna para a época, mesmos os que foram escravos queriam e muitos deles conseguiram possuir escravos, e se tornavam pessoas fluentes, chegando a desfrutar de uma autonomia maior do que as mulheres de pele branca.

Os livros didáticos tem sido uma das fontes para o conhecimento da história, a importância deste recurso pedagógico e bastante necessário, mas também o uso de outras ferramentas que possam trazer melhor assimilação do conteúdo em sala de aula, como na divulgação e formação histórica para a aprendizagem até mesmo alguns docentes que sente alguma dificuldade em ter acesso a outras fontes de pesquisa. Segundo Silva um dos objetivos das políticas públicas quanto à elaboração e inserção do livro didático no universo escolar é a formação continuada dos professores e ao mesmo tempo, aprendizagem aos alunos.

Entretanto, ao ver de Miranda e Luca (2004, p.124), ao referirem-se ao livro didático, apontam para questões que vão além do ponto de vista normativo quando afirmam:

O livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de mediação do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas e leitura muito diversas.

O livro didático sendo uma ferramenta pedagógica na sala de aula, percebe-se que o mesmo precisa de algumas mudanças na sua elaboração, tendo como finalidade enfatizar vários conceitos sobre determinado tema, como no período da escravidão, no qual mostrava os escravos simplesmente pelo o fato de ser escravo, deixava de lado, os seus costumes e religião.

Segundo asseverou Lima (2012, 144) no que tange:

Ainda nos dias atuais “o livro didático constitui a principal fonte de informação impressa e utilizada por grande parte dos professores e dos alunos brasileiros, sobretudo daqueles que tem menor acesso aos bens econômicos e culturais”.

Os livros didáticos trazem pouco conteúdo em relação ao negro, sendo uma das principais fontes de informação no ensino, o mesmo ainda não favorece o espaço merecido em relação ao papel do negro na formação do Brasil, observa-se somente algumas datas, como 13 de Maio dia da Abolição da Escravatura e também dia 20 de Novembro Dia da consciência Negra, sendo como principal fonte de informação por partes dos alunos, deixando de lado outros fatores da contribuição na cultura do Brasil. O ensino de história deve proporcionar o conhecimento da diversidade cultural para que possamos ser uma sociedade democrática de respeito a várias culturas. O livro não deve trazer o negro como seres inferiores, mas sim de um povo que lutou para a liberdade, que ainda hoje luta para a ter o espaço merecido pela a sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa diversidade cultural, veio trazendo novas ideologias em relação a cultura afro-brasileira e africana em sala de aula, reconhecendo alguns valores educacionais, como político, social e cultural, mostrando um pouco dessa realidade vivida pelo o negro que muitas vezes passa despercebida na sociedade e contudo a sua contribuição na história do Brasil, com a obrigatoriedade da Lei Federal 10.639/2003, as escolas buscaram romper alguns paradigmas em relação ao negro, mostrando algumas facetas, que muitas vezes o livro didático omite sobre a verdadeira realidade de sobrevivências desses povos, essa temática permite a compreensão no processo da miscigenação do País, sendo composta de várias raças como a Africana, Indígenas e Europeia, uma mistura que busca conhecer a sua formação.

Possa-se a compreender que muito ainda falta fazer, a lei promulgada em só 2003 promove algumas mudanças em relação ao ambiente escolar, sabemos que a escola tem como objetivo promover e propiciar o respeito as diferenças, a valorização da diversidade cultural, com essa inserção nas bases curriculares da escola, os mesmos passaram a compreender a lutas diárias as dificuldades de sobrevivência de se adaptar em um lugar onde não era o seu lugar.

No decorrer da história o negro foi ganhando o espaço merecido, mesmo a luta sendo bastante árdua, existia esperança de melhorias, surgiram as leis abolicionistas que deram certo, vieram trazendo algumas mudanças como a lei Eusébio de Queiroz, proibidos a entrada de navios negreiros, lei do ventre livre, dando liberdade as crianças que ainda estava no ventre de suas mães, lei do sexagenário que libertaria os escravos no qual tivesse 60 anos, e pôr fim a lei áurea que decretava o fim da escravidão para todos, essas leis foram um marco para a história, como sabemos existia alguns grandes nomes que não queria o fim da escravidão, uma luta bastante árdua mas que chegou ao fim.

O livro didático está muito escasso trazia poucas informação em relação a cultura africana, só colocando em ênfase pequenos trechos, e lembrando do dia da consciência negras e das lutas de zumbi dos palmares, o livro na escola sendo utilizado com a única ferramenta pedagógica deveria mostrar todo o processo histórico, suas vindas, lutas, formação e no fim o abolição, mas dar o espaço a o eurocêntrico no qual muitas vezes aparece com uma realidade totalmente diferentes da nossa (cultura afro-brasileira e Africana).

Diante dessa realidade, buscamos trazer novas ideologias sobre as mudanças em relação ao livro didático, que tragam novos fatores da verdadeira contribuição da cultura negra para o Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Aprova a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da]Didáticos, UFS,2012, p.4.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*, Companhia das Letras, 1997. Acessado em 21/05/2016 às 15:05.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a Educação das relações étnicos-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos*. São Paulo, Brasiliense.6.Ed.1994, p.12.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala 49ª Edição- p.397- São Paulo- 2004

*Hoje: Um Panorama a partir do PNLD*. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) Acessado em 12.06.2016 as 17:30 Lei 11.645  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm) Acessado em 12.06.2016 às 18:22 Lei Ventre Livre  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_dos\\_Sexagen%C3%A1rios](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_dos_Sexagen%C3%A1rios) Acessado em 12.06.2016 às 18:29 Lei do sexagenário.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM3353.htm) Acessado em 12.06.2016 as 18:33 Lei Aurea.

LIMA, Elício Gomes. Para compreender o livro didático como objeto de pesquisa. Educação e fronteiras on-line. Dourados/MS, v.2, n.4, p.144-155, jan/abr. 2012.

Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

MIRANDA, Sonia Regina & LUCA, Tânia Regina de. *O Livro Didático de História Hoje: Um Panorama a partir do PNLD*. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, nº 48, p. 123-124, 2004.

NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da história do Brasil*, Editora: LEYA, p. 52-53 São Paulo, 2009.

Reflexões para o futuro, 1993.

REIS, J.J. Aprender a raça. *Veja*, São Paulo, edição especial: 25 anos, 1993, p.189.

SILVA, Juliana de Almeida Aguiar. *Ensino de História e Questões de Gênero nos Livros*

VALENTE, Ana Lúcia E. J. **Ser negro no Brasil hoje**. 9. Ed. São Paulo: Moderna, 1987.